

A T A S

1 **ATA DA TRICENTÉSIMA NONA REUNIÃO DA CONGREGAÇÃO DA FACULDADE**
2 **DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO**
3 **PAULO DO ANO DE 2012. Presidência:** Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini, Diretora da
4 Faculdade. Aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil e doze, no Salão Nobre da
5 Faculdade, realizou-se a supracitada reunião, em terceira convocação.
6 **COMPARECIMENTOS:** Professores e Funcionários: Sandra Margarida Nitrini, Marcos
7 Fernando Lopes, Marcelo Módolo, Daniel Puglia, Darío Horacio Gutiérrez Gallardo, Marcia
8 Regina Gomes Staaks, Tinka Reichmann, Maria Eliza Miranda, Maria Helena Rolim Capelato,
9 Ieda Maria Alves, Paulo Menezes, Lucia Wataghin, Fernando de Magalhães Papaterra
10 Limongi, Marcelo Cândido da Silva, Regina Lúcia Pontieri, Francis Henrik Aubert, Paula da
11 Cunha Correa, Giliola Maggio, Elias Thomé Saliba, Maria Teresa Celada, Ana Lúcia Pastore
12 Schritzmeyer, Shirley Lica Ichisato Hashimoto, Cícero Romão Resende de Araújo, Brasília
13 João Sallum Júnior, Gildo Magalhães dos Santos, Antonio José Bezerra de Menezes Júnior,
14 Viviana Bosi, Rosangela Sarteschi, André Roberto Martin, Zilda Iokoi, Sara Albieri, Marie
15 Marcia Pedroso, Reginaldo Gomes de Araújo, Yuri Tavares Rocha, Fernando de Magalhães
16 Papaterra Limongi, Adrian Pablo Fanjul, Sérgio França Adorno de Abreu, Valéria de Marco,
17 Roberta Barni, Milton Meira do Nascimento. Como assessores atuaram: Renata Guerrero del
18 Corço (ATAD), Augusto César Freire Santiago (ASSINF), Maria Aparecida Laet (Biblioteca),
19 Rosângela Duarte Vicente (ATAC). **JUSTIFICATIVAS:** Modesto Florenzano, Raquel Glezer,
20 Leopoldo Waizbort, Maria Augusta da Costa Vieira, Eliza Atsuko Tashiro Perez, Leiko
21 Matsubara Morales, Claudio de Sousa, Vagner Gonçalves Silva, Vicente Sedrangulo Filho.
22 **EXPEDIENTE. 1.** A Senhora Presidente coloca em votação a ata da reunião realizada em
23 26/04/2012, enviada quando da convocação desta sessão. Após votação, o item foi
24 **APROVADO. 2.** A Senhora Presidente comunica a eleição do Prof. Dr. **Caetano Ernesto**
25 **Plastino** como vice-chefe do DF, com mandato de 02 anos, a partir de 16/08/2012. **3.** A
26 Senhora Presidente comunica a indicação dos Profs. Drs. Abaixo relacionados como
27 representantes dos departamentos junto à **Comissão de Pesquisa:** DLO – Deize Crespim Pereira
28 (Titular) e Gabriel Steinberg Schvarstman (Suplente); DTLCC – Edu Teruki Otsuka (Titular) e
29 Ana Paula Sá de Souza Pacheco (Suplente); DL – Thomas Daniel Finbow (Titular) Raquel
30 Santana Santos (Suplente). **4.** A Senhora Presidente comunica a eleição dos Profs. Drs. **João**
31 **Paulo Cândia Veiga** e **Ana Paula Tavares Magalhães Tacconi** como presidente e vice-
32 presidente da Comissão de Pesquisa, com mandato de 02 anos, a partir de 01/09/2012. **5.** A
33 Senhora Presidente comunica a indicação dos Profs. Drs. Abaixo relacionados como

A T A S

34 representantes dos departamentos junto à **Comissão de Cultura e Extensão Universitária**: DL
35 – Marcello Modesto dos Santos (Titular) e Paulo Chagas de Souza (Suplente); DA – Beatriz
36 Perrone Moisés (Titular) e Dominique Tilkin Gallois (Suplente). 6. A Senhora Presidente
37 comunica a relação atual do Conselho de Biblioteca. **Expediente da Comissão de Pós**
38 **Graduação**: Com a palavra, o Prof. Marcelo Candido da Silva disse: “Gostaria de comunicar
39 que no EPOG que ocorrerá este ano nós modificaremos bastante o seu formato e
40 privilegiaremos alguns elementos. Um deles será a reflexão em torno da interdisciplinaridade,
41 que embalou o título do encontro para *Estudos interdisciplinares nas humanidades.*
42 *Perspectivas e limites*. Ele ocorrerá de 05 a 09/11. Outra alteração é que o encontro será
43 reservado prioritariamente aos alunos que já foram qualificados. Mas a grande novidade deste
44 ano é a prioridade que estamos dando à interação da pesquisa com a graduação. Os alunos
45 ouvintes receberão um certificado de participação e, em acordo com a Comissão de Pesquisa,
46 convidamos os 40 alunos que receberam a menção honrosa no último SIICUSP para se
47 apresentarem no encontro, o que, para nós, é uma forma efetiva de privilegiar este laço entre a
48 graduação e a pós-graduação. O segundo informe é sobre o novo regimento da pós-graduação,
49 pois ele já se encontra em exame pelas comissões estatutárias do CO e a reitoria prevê que ele
50 seja posto em votação no mês de outubro. Gostaria de ressaltar que a proposta do novo
51 regimento que está sendo colocada em votação possui várias das propostas apresentadas pela
52 nossa comunidade. Porém, a questão que está sendo mais complicada para nós é a da adaptação
53 das nossas normas ao novo regimento, processo que deve ocorrer no primeiro semestre de
54 2013. **Expediente da Comissão de Pesquisa**: Com a palavra, a Profa. Ana Lúcia Pastore
55 Schritzmeyer comunicou: “Gostaria de passar alguns informes da última reunião do Conselho
56 de Pesquisa, ocorrida no último dia 8. Aprovou-se a criação de mais 75 novos NAPS, além dos
57 43 aprovados no edital do ano passado. Os novos NAPS envolvem mais de 1100 pessoas,
58 sendo 948 docentes. A última remessa de 75 milhões de reais que seriam destinados à terceira
59 fase de criação de NAPS no próximo ano não será destinada a isso, porque ficou decidido que
60 esta verba será revertida à infraestrutura de todos os núcleos de pesquisa da USP, tanto os
61 NAPS antigos como os novos, assim como todos os laboratórios. Qualquer um pode se
62 inscrever neste edital e, inclusive, ele já está aberto, podendo ser consultado no site da Pró-
63 Reitoria de Pesquisa. O programa de iniciação científica já liberou as bolsas, o atraso que
64 ocorreu foi devido ao CNPq, que estava em fase de reformulações. Gostaria de divulgar a
65 primeira conferência voltada especificamente às Humanidades, no âmbito das Conferências
66 USP, que se chamará *Identidades*. Ela será na Casa de Cultura Japonesa e ocorrerá entre os dias

A T A S

67 11 e 13 de setembro com conferencistas que contemplam diversas áreas dos nossos
68 departamentos. Todos os projetos da pré-inauguração estão em andamento, apesar da nossa
69 unidade ter se colocado timidamente com relação a este projeto. Há duas congregações
70 colocamos a possibilidade da nossa unidade formar um comitê de ética em pesquisa. Isso foi
71 discutido na CPq e definimos a manhã do dia 20/09 como o dia para discutirmos os comitês de
72 ética e pesquisa que atualmente existem na USP, com o intuito de termos um panorama geral
73 da situação.”. **Expediente da Comissão de Cultura e Extensão:** Com a palavra, a Profa.
74 Giliola Maggio comunicou: “Primeiramente, gostaria de agradecer a participação dos colegas
75 na última Feira das Profissões, que a cada ano, felizmente, tem aumentado. No próximo ano
76 tentaremos envolver mais os nossos colegas e convencê-los a expor seus projetos. Ontem
77 ocorreu a inauguração do Núcleo dos Direitos, que foi formado pela revitalização de seis
78 programas que já existiam. O Núcleo está instalado nas Colmeias. O simpósio do *Aprender*
79 *com Cultura e Extensão* será de 17 a 19 de setembro no Paço das Artes e eu gostaria de pedir
80 que vocês tentem mobilizar os seus respectivos alunos a nos visitarem e, assim, a participar dos
81 projetos. No próximo sábado haverá a visita de mais de setenta alunos à USP e nos falta um
82 representante da geografia.”. Com a palavra, a Profa. Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer disse:
83 “Eu gostaria de sugerir que a CCEX mantivesse algum tipo de contato com os docentes no
84 momento em que sai o resultado dos pedidos de bolsas, pois, como entre o pedido e o resultado
85 há um intervalo muito grande, acontece de esquecermos de os conferir e perdermos os prazos
86 dos procedimentos subsequentes aos pedidos das bolsas.”. Com a palavra, a Profa. Giliola
87 Maggio respondeu: “Gostaria de assumir esta falta e informar que nos próximos anos
88 informaremos o andamento dos processos por e-mail.”. Com a palavra, a Senhora Diretora
89 disse: “Conforme foi aprovado em votação na última congregação, hoje disponibilizaremos a
90 palavra para os representantes da Rádio Várzea, que deverão se expressar por no máximo 10
91 minutos.”. Estão presentes os alunos André Castilho Pinto, Luis Fernando Migliari Branco,
92 Dimas Sidnei Nuvolari Junior e Marília Ortiz Amando de Barros. Com a palavra, a aluna e
93 representante da Rádio Várzea Marília Ortiz Amando de Barros disse: “Primeiramente,
94 gostaríamos de lamentar e agradecer. O lamento é pelos poucos minutos que temos neste fórum
95 e o agradecimento é pela abertura do espaço. Sabemos que a congregação poderia ter um
96 formato bem diferente, mas não é esse o momento para discutirmos a respeito. O
97 agradecimento, por mais contraditório que pareça, se justifica pelo período sombrio na
98 universidade, onde o diálogo, as diferenças e o sentido público parecem estar correndo risco de
99 extinção. A diretora Sandra Nitri, ao nos convidar, agiu de maneira republicana e é isso que o

A T A S

100 cargo exige de quem o ocupa. O cargo é político e a postura deve ser, no mínimo, republicana,
101 como não o foi a atitude de terem retirado a antena da Radio Várzea Livre do Rio Pinheiros, em
102 janeiro deste ano e na calada da noite. Entretanto, foi republicana a disposição da diretora em
103 sempre conversar conosco quando solicitada, e é neste sentido que queremos pautar a relação
104 da Rádio Várzea com as instituições da universidade. Essa lógica clandestina que tem operado
105 nos últimos anos apenas reforça a inversão de valores que vem ocorrendo na universidade,
106 onde o medo da repressão, amparada no discurso da lei, vem calando o pensamento crítico e
107 abrindo a prática negativa. Vamos parar de ter medo da prisão, da perseguição e da expulsão. A
108 lógica é esta. Somos todos criminosos. Mocinho é o Governador, o Reitor e o chefe da Rota.
109 Mocinhos são os mandatários do Ministério das Comunicações e do grupo Bandeirante de
110 comunicação. É isso mesmo? Se continuar assim, só eles não serão fichados e processados.
111 Haja punição. Haja prisão. Se não sairmos da lógica da lei, do legal e do ilegal, nós todos
112 sabemos que a universidade não recuperará o seu papel primordial de espaço crítico da
113 sociedade. A Rádio Várzea existe há dez anos no mesmo espaço e não será a retirada da sua
114 antena que impedirá a sua existência. Há dez anos expomos dentro da universidade e
115 irradiamos para fora dela, por meio de diversas oficinas de rádios livres e debates em todo e
116 qualquer lugar, sobre o movimento de ocupação do latifúndio eletromagnético. Há dez anos
117 somos um espaço de formação aberto a todos e muita gente desta universidade já passou por
118 ela. Sua posição, portanto, dentro da universidade, já está consolidada. A comunidade
119 acadêmica apoia a sua existência, o que já foi divulgado diversas vezes. Na UNICAMP
120 impediram a entrada da polícia federal que iria apreender os equipamentos da radio livre que é
121 mantida pelos seus alunos, pois o reitor se posiciona a favor da liberdade de expressão e, assim,
122 protegeu a Rádio Muda. Não estamos aqui para pedir que os professores titulares defendam a
123 Rádio Várzea. Estamos aqui para estabelecer uma relação institucional com a FFLCH em que o
124 debate, o diálogo e a franqueza prevaleçam e que a rádio não seja ignorada, ameaçada ou
125 sabotada por medidas autoritárias. Na atual conjuntura em que o medo é imperativo, estamos
126 nos expondo e mostrando as nossas caras. Não somos ratos e não temos um porquê para nos
127 esconder. Não temos medo da lei, é ela que deve nos temer. A livre comunicação e o livre
128 acesso à radiodifusão é um direito universal. Convidamos todos os professores aqui presentes a
129 ler, a participar e a debater sobre a comunicação no Brasil nas próximas atividades que a Rádio
130 Várzea organizará. Manteremos todos informados do nosso calendário. Para combater a
131 intencional desinformação a respeito das rádios livres, separamos alguns textos sobre o assunto
132 em seus aspectos mais polêmicos. Há textos de diversas vertentes, inclusive jurídicos, que

A T A S

133 asseguram a impossibilidade de criminalização das rádios livres. Deixaremos os textos com a
134 professora Sandra. Possuímos também um vasto arquivo que se encontra disponível ao público
135 no xerox da Ana no Espaço Aquário. Esperamos, assim, que os professores, na sua
136 individualidade, como membros da comunidade acadêmica ou ocupando cargos
137 administrativos, não se ausentem mais deste debate e se posicionem para além do cumprimento
138 ou não da lei, e não adianta bater na tecla do ‘contra a lei não há o que fazer’, pois as
139 interpretações a respeito do direito à informação e à livre comunicação são diversas, e nos cabe
140 saber de qual lado cada um está. A liberdade de expressão é cláusula pétrea da constituição.
141 Uma rádio destinada a fins acadêmicos, criada e mantida pela comunidade uspiana, objetivando
142 a divulgação de eventos universitários, discussões teóricas e difusão de ideias não constitui uma
143 conduta penal possível. Afasta-se do propósito constitucional e da repressão penal como um
144 fator de concentração de poder e discriminação acerca de que pode, ou não, ter acesso à rádio
145 difusão. Cito o manifesto da Rádio Filha da Muda: ‘Não serve ao propósito constitucional a
146 concentração dos órgãos de comunicação coletiva ao domínio de poucas pessoas ou grupos.
147 Nesta hipótese, o meio de comunicação deixa de ser um notável instrumento de formação de
148 opinião pública para ser um mero meio de dominação, quando o Estado passa a ser instrumento
149 de coação de grupos que se apossam de sua estrutura e que agem sobre a aparência de
150 legalidade. Ao fim, gostaríamos de perguntar sobre o corte do ponto da internet na Rádio
151 Várzea. Somos uma rádio que não possui vínculos com igreja, sem finalidade comercial. Não
152 possuímos ligação com partidos ou grupo que controla o estado. Nossa programação se limita a
153 avisos, a debates, a notícias e a músicas, permitindo que as pessoas tenham acesso a uma
154 programação diferente. Esse contexto, a nosso ver, não se apresenta como criminoso, mas
155 como exercício do direito constitucional à livre expressão, lembrando que em outras
156 universidades a existência da rádio web é amplamente permitida. Não entendemos como não
157 podemos ter acesso à internet. Se a rádio difusão exige um debate longo e paciente, a rádio web
158 é uma questão de urgência. Gostaríamos de saber se houve algum avanço sobre esta questão.’.
159 Com a palavra, a Senhora Diretora disse: “Não será possível debatermos este assunto agora
160 porque o tempo disponibilizado para vocês era para manifestação e não para debate. Darei duas
161 informações que já são da ciência da congregação: as medidas tomadas foram aqui anunciadas,
162 não tiveram sua origem na calada da noite e foi motivada, inclusive, por manifestação do
163 ministério público; entrei em contato com vocês para disponibilizar a resposta dada pela
164 procuradoria geral e, além do mais, fui eu que propus a criação da rádio livre via web, o que
165 vocês deveriam ter aludido no documento.’. Ninguém mais desejando fazer uso da palavra, a

A T A S

166 Senhora Presidente passou à **ORDEM DO DIA**: **1. QUESTÕES TÉCNICAS DE**
167 **POLÍTICA ACADÊMICA. 1.1. DESIGNAÇÃO DE COMISSÃO ELEITORAL**
168 **ENCARREGADA DE ORGANIZAR AS ATIVIDADES RELATIVAS AO PROCESSO**
169 **DE ESCOLHA DE DIRETOR DA FACULDADE.** Com a palavra, a Profa. Valéria de
170 Marco disse: “Para o critério de escolha dos nomes, como é uma consulta promovida pela
171 congregação, é importante que a comissão não seja composta nem por chefes de departamento,
172 pois ainda não sabemos quem serão os candidatos, e nem por pessoas que ocupem cargos na
173 Adusp, para não haver ruídos de que a Adusp esteja promovendo a consulta. Historicamente
174 temos indicado um colega de cada prédio por questões práticas de divulgação da eleição e de
175 incentivo para que nossos colegas não deixem de votar. Conversei com alguns professores
176 sobre os nomes e, sobre a indicação do representante dos funcionários, acho que deveríamos
177 perguntar a eles o que pensam a respeito, e devemos fazer a mesma solicitação com os centros
178 acadêmicos, pois eles também devem ter uma representação.”. Com a palavra, a Senhora
179 Diretora disse: “Como não possuímos representantes discentes nesta congregação, entraremos
180 em contato com os centros acadêmicos para que eles indiquem um representante, estabelecendo
181 a próxima segunda feira, dia 27/08, como prazo.”. Assim, após discussão, as indicações da
182 Comissão Eleitoral ficaram definidas deste modo: **Maria Teresa Celada (Letras); Cícero**
183 **Romão Resende de Araújo (Filosofia e Ciências Sociais); Maria Helena Capelato**
184 **(Geografia e História); Márcia Regina Gomes Staaks (Representante dos Funcionários).**
185 Após votação, as indicações foram **APROVADAS** por 18 votos favoráveis, 1 voto contrário e
186 2 abstenções. **1.2. PEDIDOS DE DISPENSA AO CARGO DE DIRETOR DA FFLCH.** *Os*
187 *professores titulares listados à parte solicitam dispensa da condição de candidatos elegíveis ao*
188 *cargo de Diretor. (Proc. 09.1.133.8.6).* Após votação, os pedidos de dispensa foram
189 **APROVADOS** por 14 votos favoráveis, 1 voto contrário e 4 abstenções. **1.3. DELEGAÇÃO**
190 **DE COMPETÊNCIA.** *(v. anexa, proposta de delegação de competência aos chefes de*
191 *Departamentos para assinatura dos pedidos de bolsas, auxílios e termos de outorga da*
192 *FAPESP).* Após votação, a delegação de competência foi **APROVADA.** **1.4. CARGOS DE**
193 **PROFESSOR TITULAR – pedidos de manutenção. (Proc. 12.1.3477.8.1)** O DLCV solicita
194 manutenção dos cargos dos Professores Doutores João Adolfo Hansen e Antonio Dimas de
195 Moraes, aposentados em março e abril de 2012, respectivamente. O DCP solicita manutenção
196 do cargo do Prof. Dr. Leonel Itaussu Almeida Melo aposentado em agosto de 2011. Após
197 votação, os pedidos foram **APROVADOS.** **1.5. COMISSÃO DE GRADUAÇÃO – vagas**
198 **destinadas aos estudantes de intercâmbio.** *(v. anexo, documento da Comissão de*

A T A S

199 *Graduação*). Com a palavra, o Prof. Antonio de Menezes disse: “Tendo em vista o número de
200 estudantes de intercâmbio na Faculdade, a Comissão de Graduação fará um documento a ser
201 enviado aos departamentos solicitando a quantidade permitida por turma para matrícula de
202 estudantes estrangeiros”. **1.6. COTAS NA UNIVERSIDADE.** Com a palavra, a Senhora
203 Diretora disse: “A discussão sobre a adoção das cotas na universidade entrará em pauta no CO
204 e nós precisamos debater qual será a posição desta congregação para que, assim, possamos nos
205 posicionar sobre a questão de modo sólido e bem estruturado, pois a opinião da FFLCH sobre o
206 tema certamente será de grande relevância para o CO. Dentro da sistemática da atual gestão do
207 reitor, nós não ficamos sabendo previamente dos assuntos que serão discutidos e deliberados.
208 Assim, precisamos elaborar uma posição sólida sobre o tema da adoção de cotas para a
209 universidade antes que nos peguem de surpresa”. Com a palavra, o Prof. Sergio Adorno disse:
210 “Gostaria de propor que nós convidássemos o professor Antônio Sérgio, que tem notória
211 posição favorável às cotas, a dialogar com a nossa congregação e, assim, poderemos
212 compreender quais são os argumentos favoráveis à adoção das cotas, como também seria
213 construtivo entendermos os prejuízos que a adoção destas medidas poderiam ocasionar à
214 universidade”. Com a palavra, a Profa. Zilda Iokoi disse: “Eu gostaria de saber por que esta
215 questão sobre as cotas está voltando à cena, já que a posição da USP por ter adotado critérios
216 socioeconômicos, que abrangiam a questão das cotas, foi muito elogiada na época.”. Com a
217 palavra, o Prof. Brasília João Sallum Júnior disse: “A sua pergunta é muito bem colocada.
218 Cogita-se fazer uma reforma no estatuto da USP. Tivemos palestras sobre isso. Acho que certas
219 discussões são diversionistas, e que deveríamos nos concentrar na questão da estrutura de poder
220 dentro da universidade, ponto que é central. Não podemos perder o foco do que pode realmente
221 contribuir para avançarmos nos debates que possibilitem alterações do estatuto da USP, e
222 também não podemos perder o atual momento de viabilidade para fazer as alterações. No caso
223 da alteração do estatuto devemos ser minimalistas, pois acredito que é fundamental nos
224 focarmos nos pontos centrais, modificando apenas aquilo que é chave na estruturação e
225 concentração de poder na universidade. Para isso, tenho duas sugestões: eliminar o segundo
226 turno e eliminar a lista tríplice para diretor de unidade. Por um lado, federalizamos; por outro,
227 eliminamos o poder do atual reitor de limitar as decisões do próximo reitor. Temos que discutir
228 os pontos centrais, o resto é diversionismo, não contribuir em nada e vai apenas atrapalhar.”.
229 Com a palavra, a Profa. Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer comunicou: “Independentemente de a
230 congregação reiterar a posição já tomada anteriormente, gostaria de propor a disponibilização
231 de alguns textos, no site da faculdade, que de forma madura vêm enfrentando este debate, pois

A T A S

232 antropólogos e sociólogos têm trabalhado sobre isso há algum tempo.”. Com a palavra, o Prof.
233 Sergio Adorno disse: “O assunto foi retomado devido à insistência dos alunos junto ao CO,
234 principalmente após a decisão do STF de tornar constitucional a política de cotas e pela nova
235 iniciativa que quer tornar 50% das vagas direcionadas às cotas. Podemos reafirmar a posição
236 que já foi tomada ou podemos, devido à pressão, retomar o assunto e rediscuti-lo, retomando os
237 argumentos que outrora foram levantados. Quero reconhecer a habilidade da professora Sandra
238 de dizer que apesar da congregação ter tirado anteriormente uma posição, ela não iria se
239 manifestar porque a congregação não voltou a discutir a questão. A questão é: o reitor
240 concordou em recolocar o assunto em pauta, o que aconteceu por questões política de pressão
241 externa”. Com a palavra, o Prof. Adrian Pablo Fanjul disse: “Fora o motivo lembrado pelo
242 professor Adorno, outro fator que influenciou a retomada do tema das cotas foi uma votação
243 que ocorreu na Faculdade de Direito sobre esta questão. O representante discente da pós-
244 graduação que propôs a discussão do assunto obteve 20% das assinaturas necessárias para que
245 o tema fosse discutido no CO e, assim, ele foi colocado na pauta do colegiado. Sou novo na
246 faculdade e gostaria de saber se há postura prévia da unidade e, caso haja, se existem
247 documentos do que foi decido no passado.”. Com a palavra, a Profa. Zilda Iokoi disse: “Temos
248 reflexão acumulada aqui na congregação e temos, também, um conjunto grande de textos e
249 documentos que foram apresentados ao CO na ocasião em que o assunto foi discutido, fato que,
250 se não me engano, faz uns 6 anos e foi na gestão do Jacques Marcovitch. Podemos solicitar o
251 levantamento dos documentos à secretaria geral, o que nos ajudará a lembrar os argumentos.
252 Lembro que a votação foi muito ampla para que se decidisse adotar a posição final.”. Com a
253 palavra, a Profa. Rosangela Sarteschi disse: “Acho que será importante rediscutirmos a questão,
254 porque vivemos uma realidade diferente daquela de seis anos atrás, momento em que o assunto
255 foi discutido.”. Com a palavra, a Senhora Diretora disse: “O que eu entendi das colocações é
256 que devemos recuperar as discussões do passado, disponibilizá-las para consultas públicas no
257 site da faculdade e incluir o tema das políticas de cotas nas nossas prioridades de discussão,
258 aliando este assunto aos temas que está na pauta das nossas próximas discussões, como
259 estrutura de poder na universidade e a eleição para reitor. Entrarei em contato com a secretaria
260 geral para pedir a disponibilização desta documentação e a encaminharei para os membros da
261 congregação. Assim, teremos acesso aos documentos produzidos pela nossa congregação e pelo
262 resto da universidade.”. **2. RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL DE REVISTA. 2.1. A**
263 **Revista discente “Revista Desassossego” criada pelo Programa de Pós-Graduação em**
264 **Literatura Portuguesa, sob o ISSN 2175-3180 – Profa. Dra. Lilian Jacoto solicita o**

A T A S

reconhecimento institucional. (v. anexo, cópia do ofício). Após votação, a solicitação foi

265 **APROVADA. 3. CRIAÇÃO DA REVISTA GEOGRAFIA, LITERATURA E ARTES.**

266 **3.1.** O Prof. Dr. Júlio César Suzuki (DG) solicita a criação da Revista Geografia, Literatura e

267 Artes (Proc: 2012.1.2888.8.8). (v. anexo, cópia da solicitação e regimento devidamente

268 aprovados pelo Conselho do Departamento em 20/06/2012). Após votação, a solicitação foi

269 **APROVADA. 4. COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO – CONVÊNIOS DE CO-**

270 **ORIENTAÇÃO INTERNACIONAL (CO-TUTELA) 4.1.** Pedido da Senhora **Michele**

271 **Pordeus Ribeiro**, aluna de doutorado, referente ao convênio Acadêmico de co-orientação

272 Internacional (Co-Tutela) entre o Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua

273 Portuguesa da FFLCH-USP e a *Universidade de Paris III*. (Proc. 08.1.948.8.9). Após votação,

274 o pedido foi **APROVADO. 5. COMISSÃO DE GRADUAÇÃO – RECURSOS.** Com a

275 palavra, a Senhora Diretora disse: “Os alunos que representam o Centro Acadêmico de

276 Filosofia Prof. João Cruz Costa redigiram um documento pedindo a autorização para que eles

277 possam participar desta parte da reunião, na situação de ouvintes, já que não há participação

278 discente na congregação. Leio a carta: ‘São Paulo, 21 de agosto de 2012. O Centro Acadêmico

279 de Filosofia Prof. João Cruz Costa vem por meio deste, requisitar a entrada de estudantes de

280 graduação em filosofia na próxima congregação da FFLCH marcada para o dia 23 de agosto de

281 2012 (quinta-feira), por considerar que, embora não tenhamos representantes discentes eleitos,

282 esta congregação tratará do deferimento de três recursos referentes à reprovação integral da

283 turma do segundo semestre de 2011 na disciplina História da Filosofia Contemporânea II

284 (FLF0249), ministrada pelo Prof. Dr. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. Tal deferimento é de

285 extremo interesse para os alunos da graduação em filosofia, especialmente dos alunos que

286 foram reprovados por frequência segundo critérios políticos. Dada a importância da questão,

287 bem como o interesse válido dos estudantes de filosofia em participar da congregação referida

288 como ouvintes, pedimos encarecidamente que considerem a participação como ouvintes dos

289 seguintes estudantes: Fernanda Salgueiro – nº USP 5427798; Manuel Figueira Barral –

290 2113909; Inauê Taiguara Monteiro de Almeida – 7201880; Maria Rita Morita – 7202561;

291 Ricardo Araújo Parro – 6842164. Atenciosamente, Centro Acadêmico de Filosofia Prof. João

292 Cruz Costa’.”. Com a palavra, o Prof. Brasília João Sallum Júnior disse: “O que cabe a esta

293 congregação decidir? Pelo que eu me recordo do processo, no primeiro recurso nós enviamos a

294 questão à CG, e ela remeteu a questão ao professor. Podemos escutar a todos, mas a autoridade

295 sobre a questão cabe ao professor.”. Com a palavra, a Senhora Diretora disse: “A questão é que

296 os alunos entraram com um novo recurso à congregação e, assim, nós temos que discutir e dar

297

A T A S

298 algum parecer. Vou retirar da pauta o pedido sobre a autorização dos alunos para ouvir a
299 reunião, pois acabo de ser informada de que os alunos se retiraram do prédio, indignados com a
300 demora na resposta sobre a possibilidade de eles participarem da reunião.” **5.1. O Sr. Airtom**
301 **Marquezzini Júnior** solicita em grau de 2º recurso à Congregação, reconsideração na sua
302 reprovação por frequência exarada pelo Prof. Dr. Carlos Alberto Ribeiro de Moura na
303 disciplina História da Filosofia Contemporânea II, cursada no 2º. Semestre de 2011, no curso
304 de Filosofia. (Proc. 10.1.3145.8.7) (v. *anexo, cópia do parecer da Comissão de Graduação e*
305 *do relator da Congregação, Prof. Dr. Adrián Fanjul*) **5.2. O Sr. Eduardo Augusto**
306 **Guimarães** solicita em grau de recurso à Congregação, alteração de sua frequência exarada
307 pelo Prof. Dr. Carlos Alberto Ribeiro de Moura na disciplina História da Filosofia
308 Contemporânea II cursada no 2º. Semestre de 2011, no curso de Filosofia. (Proc.
309 09.1.4815.8.4) (v. *anexo, cópia do parecer da Comissão de Graduação e do relator da*
310 *Congregação, Prof. Dr. Adrián Fanjul*) **5.3. O Sr. Maicol Martins de López Coelho** solicitou
311 em grau de recurso à Congregação, alteração de sua frequência exarada pelo Prof. Dr. Carlos
312 Alberto Ribeiro de Moura na disciplina História da Filosofia Contemporânea II cursada no 2º.
313 Semestre de 2011, no curso de Filosofia. (Proc. 12.1.315.8.0) (v. *anexo, cópia do parecer da*
314 *Comissão de Graduação e do relator da Congregação, Prof. Dr. Adrián Fanjul*). Com a
315 palavra, o Prof. Adrián Fanjul disse: “Tive muita coisa para ler, já que o processo passou por
316 várias instâncias, inclusive a comissão interna de ensino do DF. Acredito que seria mais
317 produtivo se vocês tivessem tomado ciência de todo o percurso do processo, que é longo e é
318 muito complexo e merece a ponderação de diversos pontos, vide o fato de eu ter redigido 9
319 páginas para o parecer final. Gostaria que algum representante da CG estivesse presente, pois
320 há o seu parecer no processo. O processo é constituído pelo recurso dos três alunos, que são um
321 pouco diferentes entre si, já o resto dos documentos são todos iguais. A Comissão de Ensino do
322 DF, representada pelo professor Marco Aurélio Werle, respondeu da mesma maneira nas duas
323 vezes que foi solicitada. O professor Carlos Alberto responde igualmente aos três recursos. A
324 CG encaminha um ofício ao professor e ele responde com argumentos similares aos da resposta
325 que ele deu aos alunos. No meu parecer pretendi dar conta dos três recursos dos alunos por
326 entender que se tratava do mesmo problema. Apesar de o parecer ter nove páginas, há coisas
327 que não mencionei, por considerar secundárias. Por exemplo, o fato de o processo estar
328 instruído com folhas de presença que apresentam falhas sérias. Mas o problema principal do
329 processo é o fato de que uma situação política foi transformada em um problema de burocracia
330 acadêmica, numa conversão muito mal feita. Ainda assim, o problema das listas como

A T A S

331 documento é bastante sério. Se um professor pensa em reprovar os alunos por frequência, ele
332 precisa levar o controle das listas com rigor. No entanto, isso foi feito de modo completamente
333 desorganizado: as listas não têm datas, faltam duas listas que o próprio professor admite que
334 foram extraviadas, uma aula não dada tem uma assinatura. Espero que isso não chegue ao
335 Conselho de Graduação. O procedimento das listas é de total falta de formalidade. Em aparte, o
336 Prof. André Roberto Martin pergunta: “A classe toda está reprovada?”. O Prof. Adrián Fanjul
337 responde: “Até agora chegaram três processos nas minhas mãos, mas há muitos outros casos
338 que eu desconheço ao certo. Estes três são os primeiros que chegaram à Congregação, mas a
339 quantidade exata de reprovados eu não sei.”. Em aparte, o Prof. Ricardo da Cunha Lima disse:
340 “Na peça que instrui o processo é falado que o professor leva em conta 15 aulas, porém apenas
341 10 aulas foram ministradas. Pelas minhas contas todos os alunos devem ter sido reprovados
342 porque nenhum atingiu a quantidade mínima necessária de presença de 11 aulas. Dez aulas de
343 um total de quinze não é suficiente, matematicamente falando, para a aprovação de ninguém”.
344 Com a palavra, o Prof. Adrián Fanjul disse: “No vespertino foram ministradas 11 aulas, mas
345 houve apenas 10 aulas dadas no período noturno, do total de 16 que foram programadas. Os
346 três casos do requerimento são do noturno. Sintetizando: ao todo foram ministradas dez aulas.
347 Duas aulas não foram dadas devido ao afastamento do professor para pesquisas no exterior,
348 procedimento que foi regularmente encaminhado e informado ao departamento. Não ficou claro
349 para a CG como estas duas aulas seriam repostas, dúvida que perdurou até o momento do início
350 do processo. As aulas dos dias 11, 18, 25 de novembro e 2 de dezembro não foram dadas, as
351 duas primeiras por invasão de alunos na hora da aula e as outras duas por bloqueio da entrada
352 das salas. O professor disse que estas aulas são consideradas como dadas e que os alunos não
353 estavam presentes. Tirando o fato de eu nunca ter presenciado processo por problemas de
354 presença, o que me chamou mais a atenção no processo foi o professor ter alegado que os
355 alunos poderiam não ter acatado às ordens daqueles que queriam impedir a aula. Mas eu me
356 pergunto como eles poderiam ter evitado a interrupção da aula. Eu me pergunto qual seria a
357 atitude que o professor esperava por parte dos alunos, seria uma posição ativa pela via da força
358 física? Dentre os documentos que instruem o processo, há o parecer do Professor Marco
359 Aurélio Werle, da Comissão de Ensino do DF, que afirma que a verdadeira causa da
360 reprovação foi a falta de uma atitude ativa dos alunos para viabilizar a aula. Acho grave que
361 uma instância institucional, no caso a Comissão de Ensino do DF, declare isso, o que significa
362 dizer que o motivo das reprovações alegado no processo é falacioso. Porém, não vejo com bons
363 olhos abrir o precedente de que a congregação corrija as listas de presença. Por isso, fiz meu

A T A S

364 parecer igual para os três recursos, no sentido de que a Congregação considere aulas dadas as
365 aulas determinadas dadas. O que essas decisões acarretarão aos processos, em cada caso
366 particular, dependerá do que as listas de presença nos mostrar. Penso que devem ser
367 consideradas as 10 aulas dadas. O problema é que há um caso no qual a lista diz uma coisa, o
368 professor diz outra e o aluno diz ainda outra coisa diferente. Nos outros dois processos, eu tomo
369 por base a declaração do professor. Não acredito que a congregação tenha o direito de atribuir
370 presença ao aluno ou de atribuir-lhe nota.”. Com a palavra, o Prof. Ricardo da Cunha Lima
371 disse: “Concordo com o Adrian que é uma questão delicada alterar o registro de um professor.
372 Não concordo com toda a argumentação do parecer, mas, no geral, a conclusão é absolutamente
373 justa, pois considera apenas as aulas dadas como aulas dadas. A última vez que eu presenciei
374 uma atitude parecida por parte de um professor foi quando eu ainda estava no ensino médio.
375 Acho constrangedor que isso possa chegar ao Conselho de Graduação e ao Conselho
376 Universitário. Acho estranho considerar como aula dada uma aula que nunca foi dada. A
377 atitude do professor me parece intransigente, pois a própria CG pediu a ele que revisse seus
378 critérios e ele não reviu. A CG não quis se manifestar sobre a decisão do professor, mas penso
379 que cabe à Congregação fazer isso. Fica parecendo que se esperava dos alunos que entrassem
380 em confronto com os manifestantes, tipo de atitude que eu repudio e que a congregação
381 também deve repudiar. Na época dos confrontos, eu procurei evitar qualquer estímulo que
382 pudesse gerar reações e conflitos, e vi cenas muito deploráveis de violência. Devemos
383 incentivar o diálogo, o que não era possível naquele momento, e o próprio professor se recusa
384 ao diálogo. O parecer demonstra isso muito bem e sou pela sua aprovação.”. Em aparte, o Prof.
385 Brasílio João Sallum Júnior disse: “Eu li todas as páginas com atenção e um dos alunos
386 requisitantes argumentou que caberia ao professor resistir à invasão dos manifestantes, e não
387 aos alunos que assistiam à aula. Eu acho que nós não devemos ridicularizar este professor ou
388 cobrar dele esse tipo de reação. Na minha opinião, ele foi corajoso por defender o mínimo de
389 civilidade nas nossas relações dentro desta instituição, pois não houve civilidade na invasão das
390 classes. Houve professores na Letras que foram pressionados e agredidos. Precisamos ponderar.
391 A discussão que estamos travando aqui é sobre como devemos agir em atitudes de invasão
392 como as que ocorreram. Se houvesse um longo período de greves, aprovaríamos os alunos,
393 mesmo com poucas aulas? O professor tem as suas razões, que devemos levar em consideração,
394 assim como sua coragem de enfrentar uma situação de isolamento, pela qual ele passou.”. Com
395 a palavra, o Prof. Ricardo da Cunha Lima disse: “Eu posso ter me expressado mal. Não cabe a
396 nenhum de nós, professores, e nem aos alunos a iniciativa do confronto. Retomo e concordo

A T A S

397 com a decisão do parecer. Ele não questiona, em momento nenhum, a atitude do professor no
398 dia da aula que foi interrompida, mas questiona a atitude que o professor tomou depois, pela
399 reprovação da turma inteira mesmo com todas as dúvidas no controle das listas de presença.
400 Por isso reforço minha concordância com o parecer. Não quis menosprezar a atitude do
401 professor.”. Com a palavra, o Prof. Paulo Menezes disse: “É evidente que a questão é política,
402 apesar de ela estar recebendo um tratamento administrativo. Estamos nos esquecendo do mais
403 importante, porém, que é a parte acadêmica. Pelo que vi, os alunos requerentes possuíam boas
404 notas (dez, oito e sete). Tentar decidir quem está com a razão neste caso, se com o professor,
405 se com os alunos do curso ou com os manifestantes, é algo infundável, já que cada uma das
406 partes está defendendo algo legítimo, e debater isso não nos levará a lugar algum. Na época da
407 greve, cada professor seguiu um método próprio, conforme o que dizia a sua própria
408 consciência e o seu método de trabalho. Acredito que o critério do desempenho acadêmico é o
409 que deve ser priorizado pela Congregação. Minha posição é que aprovemos o parecer, no
410 sentido de possibilitar, aos alunos que obtiveram bom desempenho acadêmico, que sigam em
411 frente no curso. Não podemos nos prender a uma questão burocrática ao considerar que os
412 alunos devam ser reprovados por não terem atingido a frequência necessária. Isso é
413 antiacadêmico e contrário ao que esta Faculdade sempre defendeu.”. Com a palavra, o Prof.
414 Milton Meira do Nascimento disse: “Conheço o professor Carlos Alberto desde a época da
415 graduação, pois entramos juntos na Maria Antônia em 1968. Admiro-o pessoalmente e por suas
416 qualidades acadêmicas. Devemos ponderar, ao tomar alguma decisão, que isso tudo é resultado
417 de uma violência que se instalou na universidade e na nossa sociedade, situação que
418 lamentamos profundamente, pois repudiamos qualquer forma de violência. O que podemos
419 fazer a respeito? Acredito que seria razoável a CG tentar unir as partes envolvidas na questão
420 para uma conversa e delegar-lhes a função de se entenderem. Poderia ser proposto um processo
421 de recuperação por trabalho, ou por reposição de algumas aulas, podendo os alunos ser
422 aprovados ou não. A situação é muito delicada para a Congregação interferir. Apesar de achar o
423 parecer do Adrian bastante sensato, eu não me sinto à vontade em votá-lo, já que ainda não
424 esgotamos as possibilidades do diálogo entre as partes. Depois de esgotadas as possibilidades
425 de diálogo, a congregação pode tomar uma decisão do que deverá ser feito.”. Com a palavra, a
426 Profa. Maria Teresa Celada disse: “Eu realmente entendo a dificuldade que acabou de ser
427 exposta. Quanto ao que foi colocado pelo Prof. Brasílio, eu responderia que, no parecer e no
428 que foi dito aqui, a questão não está na violência, ou no fato de que o professor deveria ou não
429 agir, ou na violência que nós sofremos. O ponto está em como o docente se coloca diante dos

A T A S

430 papéis e registros que ele possui. Ele não conta a presença sobre o total de aulas dadas, mas
431 sobre o total ideal de aulas, inclusive das aulas não dadas. É um gesto excessivo por parte do
432 professor, cuja interpretação nos soa como punição. Outra interpretação teria evitado uma série
433 de problemas. Se uma questão política foi tratada administrativamente, estaremos voltando ao
434 bom senso da administração, ou seja, temos que contar as aulas dadas e calcular qual foi
435 realmente a porcentagem da presença, conciliando estes dados com as notas, um elemento
436 contundente: 10, 8 e 7.”. Com a palavra, o Prof. Sergio Adorno disse: “A cada momento a
437 situação se torna mais complexa. Qualquer decisão que tomarmos dá uma sinalização para o
438 mundo externo. Dependendo da decisão, é como se disséssemos que a frequência não é válida,
439 podendo ser interpretado que não valeria a pena fazer controle de frequência, bastando a nota.
440 Isso é o que pode ficar parecendo para quem vê de fora, deslegitimando a validade do controle
441 de frequência. Segundo dado da questão: há uma divergência muito grande acerca do processo
442 de contagem da base de aulas, se dez ou dezesseis. Essa é uma posição do professor, cuja
443 decisão pode representar uma parte dos professores. Ignorar completamente a posição do
444 professor é retirar a autoridade que o professor deve ter do controle e da aferição da frequência.
445 Estou ouvindo com atenção todas as posições e li todo o documento. Concordo com o Prof.
446 Paulo Menezes, pois, pela leitura da peça, tenho a sensação de que todos os lados têm
447 argumentos legítimos. Temos que pensar que nossa decisão será extensiva e criará uma espécie
448 de jurisprudência para todos os outros casos. Acho razoável a ideia de considerar apenas as
449 aulas efetivamente dadas, mas observo que isso desautoriza totalmente o professor. Certas
450 atitudes de extrema liberalidade em relação à lista de presença, o que eu não acho ruim, beiram
451 à informalidade. Como conciliar liberdade com formalidade? Essa é uma questão fundamental.
452 Pensando juridicamente, caso recusemos os recursos e, conseqüentemente, os alunos entrem no
453 CO, as listas serão auditadas. Sinceramente, não vejo uma solução razoável para a questão.
454 Qualquer decisão terá conseqüências e temos de saber qual é nossa capacidade institucional de
455 suportar as conseqüências, pois podemos cair em impasses.”. Com a palavra, o Prof. Adrián
456 Fanjul disse: “No meu parecer, na página 83 do documento distribuído hoje, no último
457 parágrafo, eu afirmo que concordo que não é da incumbência do professor desobstruir o acesso
458 à sala de aula. Porém, eu acredito que toda autoridade implica responsabilidade. Eu me
459 pergunto até que ponto a atitude do professor foi politicamente responsável, e isso é
460 questionável, independentemente da trajetória acadêmica e da autoridade do professor. A
461 respeito do que aconteceria caso todas as aulas fossem suspensas, eu considero isso no meu
462 parecer. Parece que o professor Carlos Alberto desconhece a história desta faculdade, pois os

A T A S

463 movimentos reivindicativos que ocorreram, na sua maioria, fizeram reposição. Quero que
464 guardemos as nossas decisões para nossas próprias responsabilidades, já que os próximos a
465 entrar de greve podem ser os professores. Com o que estamos nos comprometendo? Discordo
466 das reivindicações de muitos movimentos que estão por aí, mas eu nunca vi ninguém fazer
467 greve por não querer ter aula nem querer estudar, como foi dito pela Folha de São Paulo e pela
468 Veja. Outra questão: o professor estava realmente isolado? A mídia deu ampla cobertura à
469 atitude dele, que contou até com editorial do Estado. Na revista Veja, um de seus colunistas,
470 que vez ou outra ataca alguns de nossos professores, fez uma apoteose do professor.
471 Politicamente ele não estava isolado. Se houve coragem na decisão que foi tomada, decisão que
472 acompanha as políticas do poder, penso a coragem está mais naquele que resiste. Também pode
473 ser necessário ter coragem para acompanhar, com uma medida administrativa, as políticas do
474 poder. Lembremos que existe este respaldo. Eu concordo com você, Sérgio, mas como poderia
475 haver controle de frequência numa sala bloqueada? Acho que não podemos levar a discussão
476 nessa direção.”. Com a palavra, o Prof. Brasílio João Sallum Júnior disse: “Eu estava me
477 referindo ao que disse o Ricardo, não ao seu parecer, Adrian. Não discordo do seu parecer,
478 mas, se o seguirmos, estamos dizendo que, com 10 aulas, e não com 12, o curso é válido.
479 Segundo consta, um curso deve ter o mínimo de 12 e o máximo de 16 aulas, ou seja, se nós
480 admitirmos um curso de 10 aulas, estaríamos admitindo um curso que, legalmente, não pode
481 ser validado. Estamos diante de um problema complicado. O Paulo Menezes nos propõe uma
482 boa saída, a do rendimento acadêmico. Se nós tomarmos esta decisão, que eu acho muito
483 razoável, devemos enfatizar que tomamos essa decisão no caso concreto, e não em geral. Não
484 podemos entrar na alegação do controle de frequência porque ele é uma desordem. Se as listas
485 forem auditadas, vão verificar que o curso teve apenas dez aulas, e aí ele não valeria para
486 ninguém, nem mesmo para quem teve nota dez. Não seria uma solução. Devemos ser muito
487 cuidadosos. Mesmo se decidirmos tomar o caminho do critério acadêmico, como acho que deve
488 ser, e sigo nesse sentido a posição do Paulo, devemos desconsiderar as presenças, pois em
489 última análise o curso não possui validade porque só houve 10 aulas. Acho que nem o professor
490 se deu conta desse fato. Temos que tomar cuidado para a questão não se tornar maior do que
491 ela já está, pois ela pode muito bem cair no CO por outras razões.”. Com a palavra, a Profa.
492 Zilda Iokoi disse: “Não cabe a nós decidir se o processo tomará proporções maiores ou não. Do
493 meu ponto de vista, a proposta do Milton não cabe mais: penso que a esfera de negociação e
494 mediação já foi superada. Acho que nosso argumento é: frente a uma situação de extrema
495 excepcionalidade, devido ao processo de crise institucional que estava em curso e da qual todos

A T A S

496 nós temos responsabilidade, professores e alunos, nós acatamos o parecer e apoiamos que
497 sejam considerados aprovados os três alunos avaliados pelo professor como ótimos ou bons,
498 segundo o critério acadêmico. A partir daí, não é possível prever as consequências. Esse
499 processo deve nos instigar à reflexão de como agir em situações de excepcionalidade e
500 violência, como as ocorridas. Decidir sozinho o que faço sozinho torna muito difícil, depois,
501 conseguir respaldo alheio, sem haver um processo de discussão que nos agregue. Acho que não
502 devemos considerar o número de aulas e de faltas, pois pode acontecer que um docente dê 10
503 aulas e consiga realizar todo programa almejado. Penso que a proposta do Paulo é boa.”. Com a
504 palavra, o Prof. André Roberto Martin disse: “Ao ler os documentos, não consigo detectar o
505 compromisso do professor com o seu programa, ou a finalidade de completá-lo. A reprovação
506 em massa é uma grande violência. Se os alunos estão aprovados por nota e reprovados por
507 falta, é uma violência ainda maior. Se, além disso, o professor culpa os seus alunos, pelo fato
508 de terem sido omissos em relação aos seus colegas manifestantes, ele está incitando a violência.
509 Para mim está muito claro, me desculpem: o professor errou, ele está equivocado e não pode
510 fazer isso. Ele só poderia reprovar os alunos por falta caso ele tivesse repostas as aulas que
511 faltavam, o que o habilitaria a fazer a contagem da presença sobre as 15 aulas. O professor foi
512 irresponsável com seu programa e com seus alunos e acho que esta congregação deve fazer
513 reprimenda ao professor.”. Em aparte, o Prof. Milton Meira do Nascimento disse: “Eu discordo
514 completamente de seu parecer, André. Não se trata de fazer um julgamento moral do professor,
515 ao chamá-lo de irresponsável. Ele não reprovou os alunos por sua vontade, ele apenas
516 contabilizou as listas de presença. As listas são a prova material, estão lá para serem auditadas,
517 elas comprovam a presença. Foram reprovados os alunos que não tiveram a presença mínima
518 necessária. Insisto que não devemos fazer o julgamento moral.”. Com a palavra, o Prof.
519 Antonio José Bezerra de Menezes Júnior disse: “A CG passou por todas as questões e
520 dificuldades que vocês estão passando, em discussões acaloradas e exaustivas, mas de maneira
521 mais intensa e extensa, porque qualquer decisão que tomássemos tinha implicações negativas,
522 pois era impossível sair da questão sem algum prejuízo. Por isso, não conseguimos chegar a
523 uma resposta satisfatória, o que fez o processo chegar até esta congregação por via de diversos
524 recursos que foram solicitados pelos alunos. A CG fez várias tentativas de mediação, sem
525 sucesso. Ambos os lados se mostraram avessos às negociações, talvez como resultado da
526 tensão que havia durante a greve. E ainda há muito impasse sobre a questão. Se houver uma
527 última oportunidade para a CG, junto com o DF, de tentar uma última rodada de negociação,
528 buscando uma solução interna, seria o ideal e, assim, buscaríamos uma saída menos danosa a

A T A S

529 todos.”. Com a palavra, a Profa. Valéria de Marco disse: “Quero fazer uma proposta. Eu me
530 preocupo por haver um processo regular, e qualquer decisão nos levará à criação de uma
531 jurisprudência. Hoje, legislamos numa direção, amanhã nós não podemos imaginar as
532 circunstâncias em que isso pode se repetir e quais os caminhos que isso pode tomar. Eu me
533 lembro de relatos da época da Maria Antônia em que professores atribuíam presença e nota por
534 pressão externa, até da polícia. Precisamos tomar bastante cuidado. Gostaria de perguntar ao
535 professor Antônio Menezes se é possível, do ponto de vista processual, nós devolvermos o
536 processo à CG, para ela marcar uma reunião com os alunos e o professor, colocando-se a CG
537 como mediadora, juntamente com o chefe do DF, para chegar a um entendimento, com o
538 objetivo de resolver a situação e os alunos retirarem o recurso. É importante registrar minha
539 proposta. Os alunos precisam retirar o recurso, para que fique claro que houve um
540 entendimento. Isso evitaria deixar a faculdade exposta a qualquer tipo de uso desse incidente
541 lamentável. Devemos fazer um esforço e insistir para que cheguemos ao entendimento entre as
542 partes.”. Com a palavra, o Prof. Antonio José Bezerra de Menezes Júnior respondeu: “Em
543 relação ao trâmite do processo, eu não sei. Podemos conversar com o chefe do DF se é possível
544 esse entendimento entre o professor, representantes da CG e pelo menos um representante dos
545 alunos. Isso evitaria muitas complicações e processos que acabarão desembocando aqui.
546 Apesar da clareza que vejo no parecer do Adrian, qualquer decisão será muito penosa. Se
547 houver esta possibilidade, eu sugeriria que tirássemos o assunto da pauta para tentarmos o
548 acordo, e, se tudo correr bem, os processos são arquivados, evitando maiores danos.”. Com a
549 palavra, o Prof. Yuri Tavares Rocha disse: “Tento não ser legalista e seguir a responsabilidade
550 do docente. Desde que eu entrei na graduação, a regra é que o mínimo de aulas da graduação
551 deve ser 15, e da pós, 12. O que me preocupa é o que a Congregação vai sinalizar em relação à
552 postura dos docentes da FFLCH. Podemos nos posicionar criticamente em relação à atitude do
553 professor, mas minha preocupação é a Congregação começar a desempenhar papel de
554 inquisição, vigiando e fiscalizando a todo momento as atitudes dos professores. Eu me
555 preocupo com o efeito dominó que se sucederá à atitude que iremos tomar aqui. Estaremos
556 construindo hoje a imagem da nossa Faculdade perante o público externo. A proposta da Profa.
557 Valéria sugere um consenso, por meio de uma solução negociável, intramuros.”. Com a
558 palavra, a Profa. Viviana Bosi disse: “Eu entrei na FFLCH há 30 anos, sempre ocorreu greve e
559 eu nunca presenciei uma situação como esta. Todos nós perdemos um mês de aula, mas no meu
560 departamento nós conversamos e decidimos em conjunto o que iria ser feito. Gosto da proposta
561 de entendimento. Podemos propor ao professor Carlos Alberto, seguindo a sugestão da

A T A S

562 professora Valéria, que ele ministre duas palestras abertas, que é o total de aulas que faltam
563 para cumprir a legalidade do curso, e que seja disponibilizada uma lista de presença aos alunos
564 que precisam de presença. Caso ele não aceite, o que é provável, já que ele tem se mostrado
565 bastante inflexível, os alunos não devem ser penalizados, pois seria terrivelmente injusto, por
566 um medo meio legalista da nossa imagem lá fora. A gente deve fazer o que acha justo. Acho
567 pior prejudicar bons alunos, que fizeram bons trabalhos, diante da atitude do professor, que foi
568 arbitrária e não foi do consenso de nossa Faculdade. Por mais que ele possua um excelente
569 currículo, seja competente e as suas aulas sejam muito bem avaliadas pelos alunos, não
570 podemos achar que ele tem o direito de extrapolar. Tudo bem retirar o processo, se houver uma
571 boa proposta. Se ele insistir em sua posição, não me solidarizo com ele.”. Com a palavra, o
572 Prof. Adrián Fanjul disse: “Sobre a questão legal, a jurisprudência, e a imagem que a faculdade
573 passa para a sociedade, a primeira coisa que me vem na cabeça é a imagem que a grande mídia
574 vincula da FFLCH, ou seja, um bando de baderneiros. Essa não é a única imagem da FFLCH
575 no país e no mundo e as hegemonias mudam. Estamos vivendo um período obscuro na nossa
576 universidade e ele ficará na memória. Queria chamar a atenção, não só pela questão da
577 memória como pela da legalidade, para uma declaração do professor Marco Aurélio Werle,
578 incluída no processo, dizendo que a verdadeira causa da reprovação não é a ausência dos
579 alunos. Como fica isso em termos legais? Estamos nos preocupando com o que o CO pode
580 fazer, mas não devemos nos esquecer que existe a Justiça externa. Como ela trataria a questão
581 apresentada nestes termos? Estes fatos vão ficar na memória. Gostaria de pedir aos professores
582 do DF que, caso votemos a retirada do item de pauta para tentar nova negociação, façam um
583 grande esforço para proporcionar um acordo entre as partes, esforço que não transparece até
584 agora, haja vista o parecer que foi dado pelo DF e que aprofundou ainda mais a discórdia entre
585 as partes envolvidas. Esse parecer pode ser contestado na Justiça.”. Com a palavra, o Prof.
586 Sergio Adorno disse: “Quando ressaltei a preocupação que devemos ter com a nossa imagem, e
587 como nossa decisão irá afetá-la, eu me referia a aspectos acadêmicos e jurídicos, e não ao que a
588 grande mídia irá repercutir, a imagem pela imagem. Penso que é uma situação complexa e que
589 devemos minimizar os efeitos negativos. Não vamos resolver o conflito, por isso devemos nos
590 focar em encontrar alguma solução de encaminhamento, isso é o que nos cabe para a questão.
591 Um elemento fundamental da nossa identidade é o pluralismo. Temos que reconhecer que o
592 professor possui autoridade para fazer o que ele fez, e que o que nos cabe agora é lidar com
593 isso. A princípio, a decisão do professor está respaldada em normas legais, mas também
594 podemos analisar se lhe faltou bom senso. Estou preocupado com os reflexos de nossa decisão

A T A S

595 sobre a conduta acadêmica em sentido amplo.”. Em aparte, o Prof. Yuri Tavares Rocha disse:
596 “Quando empreguei o termo imagem, não me referi a uma imagem mercadológica a ser
597 preservada, mas à interpretação que nossa decisão propiciará, as consequências que ela trará.”.
598 Com a palavra, a Profa. Viviana Bosi disse: “Complementando o que eu disse antes,
599 poderíamos convencer o professor mostrando que as duas aulas a mais, a serem ministradas,
600 seriam uma maneira de completar a carga horária legal de doze aulas do semestre.”. Com a
601 palavra, a Senhora Diretora disse: “Após discussão, encaminho para votação a proposta de
602 retirar da pauta os itens 5.1, 5.2 e 5.3 da ordem do dia, visando que as partes envolvidas
603 cheguem a um acordo, a partir de uma negociação mediada pela Comissão de Graduação e pela
604 Chefia do Departamento de Filosofia”. Após votação, o encaminhamento foi **APROVADO**
605 com duas abstenções. **6. INGRESSO NO PROGRAMA DE COLABORADOR SENIOR**
606 *(votação aberta, em bloco, sem prejuízo de pedidos de destaque). Encaminhados ad*
607 *referendum da Congregação.* Os Professores Doutores abaixo encaminham Termo de
608 Colaboração para ingresso no Programa de Colaborador Sênior: DA - João Baptista Borges
609 Pereira (Proc. 12.1.3214.8.0); DF - José Reginaldo Prandi (Proc. 12.1.2889.8.4); DH - Maria de
610 Lourdes Monaco Janotti (Proc. 12.1.3038.8.8); DH - Maria Luiza Marcilio
611 (Proc.12.1.2887.8.1); DH - Suely Robles Reis de Queiroz (Proc. 12.1.3037.8.1); DL - Zilda
612 Maria Zapparoli (Proc. 12.1.2879.8.9); DLCV - Maria Helena Nery Garcez (Proc.
613 12.1.2920.8.9); DLCV - Norma Seltzer Goldstein (Proc. 12.1.2928.8.0); DLCV - Zélia Ladeira
614 Veras de Almeida Cardoso (Proc. 12.1.2921.8.5); DLCV Ataliba Teixeira de Castilho (Proc.
615 12.1.2927.8.3); DLM - Glória Carneiro do Amaral (Proc. 12.1.3269.8.0); DLM - Maria Teresa
616 Cristófani de Souza Barreto (Proc. 12.1.2922.8.1); DLM - Munira Hamud Mutran (Proc.
617 12.1.2929.8.6); DLM - Neide Therezinha Maia González (Proc.12.1.2814.8.4); DLM - Regina
618 Maria Salgado Campos (Proc. 12.1.2979.8.3); DLM - Stefan Wilhelm Bolle (Proc.
619 12.1.12.1.2903.8.7); DLM - Stella Esther Ortweiler Tagnin (Proc. 12.1.2930.8.4); DLO - Luiza
620 Nana Yoshida (Proc.12.1.2899.8.0); DLO - Nancy Rozenchan (Proc. 12.1.2900.8.9); DS - Eva
621 Alterman Blay (Proc. 12.1.2909.8.5); DS - Sedi Hirano (Proc. 12.1.2980.8.1); DTLLC -Ivone
622 Daré Rabello (Proc. 12.1.2926.8.7). Após votação, os encaminhamentos foram **APROVADOS**.
623 **7. RELATÓRIO FINAL – CONCURSO DOCENTE – votação secreta. 7.1.** Concurso
624 público de títulos e provas visando à obtenção do título de Livre Docência do Departamento de
625 Teoria Literária e Literatura Comparada, área Teoria Literária F, conforme Edital FFLCH nº.
626 002/2012, publicado em 24/02/2012 (Proc. nº. 12.15.155.8.0). *(v., anexo, cópia do relatório*
627 *final da Comissão Julgadora do citado concurso, realizado de 13 a 16 de agosto de 2012,*

A T A S

628 *tendo sido aprovada e indicada a Professora Doutora Regina Lúcia Pontieri*). Após votação
629 secreta, o relatório final foi **APROVADO** por 35 votos favoráveis e nenhum voto contrário. **8.**
630 **ABERTURA DE EDITAL – PROFESSOR DOUTOR.** (*votação aberta, sem prejuízo de*
631 *pedidos de destaque*) **8.1.** O Departamento de Letras Modernas solicita a abertura de edital de
632 Concurso Público para 01 (um) cargo de Professor Doutor, ref. MS-3, em RDIDP, área de
633 Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-americana, disciplina de Língua
634 Espanhola - Claro/cargo nº. 1229460 (Proc.: 12.1.3334.8.0) (*v., anexo, cópia do programa*
635 *aprovado pelo Conselho Departamental em 06.08.2012*). Após votação, o item foi
636 **APROVADO.** **8.2.** O Departamento de Letras Modernas solicita a abertura de edital de
637 Concurso Público para 01 (um) cargo de Professor Doutor, ref. MS-3, em RDIDP, área de
638 Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-americana, disciplina de Literatura
639 Espanhola - Claro/cargo nº. 1229451 (Proc.: 12.1.3333.8.0) (*v., anexo, cópia do programa*
640 *aprovado pelo Conselho Departamental em 06.08.2012*). Após votação, o item foi
641 **APROVADO.** **8.3.** O Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas solicita a abertura de
642 edital de Concurso público para 01 (um) cargo de Professor Doutor, ref. MS-3, em RDIDP,
643 área de Filologia e Língua Portuguesa – Claro/cargo 1229397. (*v., anexo, cópia do programa*
644 *aprovado pelo Conselho Departamental*) Após votação, o item foi **APROVADO.** **8.4.** O
645 Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas solicita a abertura de edital de Concurso
646 público para 01 (um) cargo de Professor Doutor, ref. MS-3, em RDIDP, área de Filologia e
647 Língua Portuguesa – Claro/cargo 1229400. (*v., anexo, cópia do programa aprovado pelo*
648 *Conselho Departamental*). Após votação, o item foi **APROVADO.** **8.5.** O Departamento de
649 Letras Clássicas e Vernáculas solicita a abertura de edital de Concurso público para 01 (um)
650 cargo de Professor Doutor, ref. MS-3, em RTC, área de Língua e Literatura Latina –
651 Claro/cargo 1229343. (*v., anexo, cópia do programa aprovado pelo Conselho Departamental*).
652 Após votação, o item foi **APROVADO.** **ADITAMENTO: 1. QUESTÕES TÉCNICAS DE**
653 **POLÍTICA ACADÊMICA. 1.1. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**
654 **DA USP** – apresentado no VII Encontro de Avaliação Institucional – 16/08/2012. (*v. anexo,*
655 *proposta de inclusão no PDI elaborada pelo Departamento de Letras Modernas e, se aprovada*
656 *pela Congregação deverá ser enviada à Secretaria Geral, até 30/08/2012*). Após votação, a
657 proposta foi **APROVADA.** **2. RELATÓRIO FINAL – CONCURSO DOCENTE – votação**
658 **secreta. 2.1.** Concurso público de títulos e provas visando à obtenção do título de Livre
659 Docência do Departamento de História, área de História da América, disciplina de História da
660 América Colonial, conforme Edital FFLCH nº. 002/2012, publicado em 24/02/2012 (Proc. nº.

A T A S

661 12.5.139.8.5). (v., anexo, cópia do relatório final da Comissão Julgadora do citado concurso,
662 realizado de 15 a 17 de agosto de 2012, tendo sido aprovado e indicado o Professor Doutor
663 Rafael de Bivar Marquese). Após votação secreta, o relatório final foi **APROVADO** por 35
664 votos favoráveis e 0 contrário. **3. ABERTURA DE EDITAL – PROFESSOR DOUTOR.**
665 (votação aberta, sem prejuízo de pedidos de destaque). **3.1.** O Departamento de História
666 solicita a abertura de edital de Concurso público para 02 (dois) cargos de Professor Doutor, ref.
667 MS-3, em RDIDP, área de História Antiga – Claros/cargos 1229290 e 1229303. (v., anexo,
668 cópia do programa aprovado pelo Conselho Departamental em 16/08/12). Após votação, o item
669 foi **APROVADO**. **3.2.** O Departamento de História solicita a abertura de edital de Concurso
670 público para 01 (um) cargo de Professor Doutor, ref. MS-3, em RDIDP, área de História do
671 Brasil Colonial – Claro/cargo 1229311. (v., anexo, cópia do programa aprovado pelo Conselho
672 Departamental em 16/08/12). Após votação, o item foi **APROVADO**. **3.3.** O departamento de
673 História solicita a abertura de edital de Concurso público para 01 (um) cargo de Professor
674 Doutor, ref. MS-3, em RDIDP, área de História do Brasil Independente com ênfase em século
675 XIX – Claro/cargo 1229320. (v., anexo, cópia do programa aprovado pelo Conselho
676 Departamental em 16/08/12). Após votação, o item foi **APROVADO**. **3.4.** O departamento de
677 História solicita a abertura de edital de Concurso público para 01 (um) cargo de Professor
678 Doutor, ref. MS-3, em RDIDP, área de História da América Independente – Claro/cargo
679 1229338. (v., anexo, cópia do programa aprovado pelo Conselho Departamental em 16/08/12).
680 Após votação, o item foi **APROVADO**. Ninguém mais desejando fazer uso da palavra, a
681 Senhora Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão. E, para
682 constar, eu, Rosângela Duarte Vicente, Assistente Técnica de Direção para Assuntos
683 Acadêmicos, redigi a presente ata que assino juntamente com a Senhora Diretora. São Paulo,
684 23 de agosto de 2012.